

Nilton da Silva morreu longe de casa: o assassinato político de um exilado e sua posterior inclusão em uma narrativa da ditadura civil-militar brasileira

Maurício Marques Brum

Abstract

Nilton Rosa da Silva, a Brazilian exile, was murdered by a right-wing militia in Chile in June 1973, three months before the coup led by Pinochet. A member of the Revolutionary Left Movement, his political assassination led to a peculiar situation: hiding from the Brazilian repression and killed before the Chilean military coup, Da Silva was not a direct victim of any dictatorship, remaining overlooked for many years in the lists of victims of both regimes. This article analyzes the way in which Da Silva has been gradually included, since the 1990s, in narratives about the Brazilian dictatorship. Using reports produced by different commissions that investigated human rights violations during the military rule in Brazil (1964-1985), we demonstrate how Da Silva was eventually acknowledged as a victim of the Brazilian dictatorship, culminating with his addition in the final report by the Brazilian National Truth Commission in 2014.

Keywords: Brazilian dictatorship; Exile; National Truth Commission (Brazil); Nilton Rosa da Silva; Political assassination; Revolutionary Left Movement (Chile).

Introdução

No sábado, 16 de junho de 1973, o *Jornal do Brasil* foi o primeiro diário a informar: ‘Um estudante morreu – o brasileiro Nilton Rosa, 24 anos [...] – e outras 64 pessoas ficaram feridas num choque entre estudantes que apoiam o Governo do Presidente Salvador Allende e grupos da Oposição, que se encontraram a dois quarteirões do Palácio de la Moneda’ (*Jornal do Brasil*, 1973: 1). No dia seguinte, outros jornais brasileiros trariam mais detalhes, ainda muito incompletos, sobre aquele jovem praticamente desconhecido que havia sido vitimado nas ruas de Santiago do Chile. As escassas informações publicadas no país fizeram saber que Nilton Rosa da Silva militava no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), era gaúcho de origem, estudava no Instituto Pedagógico da Universidade do Chile e – no aspecto talvez mais importante para o leitor brasileiro – escreveu-se ainda que o militante de 24 anos era um exilado político. No entanto, já na segunda-feira seguinte o assunto estava definitivamente silenciado, e nenhum grande diário do país voltou a trazer fatos sobre Nilton da Silva (Brum, 2015).

Sua morte havia sido um crime político, ocorrido durante uma manifestação a favor de Allende, em um momento em que grupos pró-governo entraram em confronto com movimentos que desejavam sua derrocada. Nilton, membro do MIR, organização que pregava a luta armada para se alcançar a revolução socialista – mesmo num momento em que o Chile era governado democraticamente por um presidente que defendia a transição ao socialismo dentro da legalidade –, havia caído por obra da Frente Nacionalista Patria y

Libertad, milícia paramilitar que assumidamente lutava por um golpe contra Allende. No entanto, essas circunstâncias não foram suficientes para, num primeiro momento, fazer o assassinato de Nilton ganhar destaque fora dos círculos da esquerda chilena. O silêncio que tomou quase de imediato os jornais brasileiros persistiria pelas décadas seguintes, no Brasil e no Chile, colocando Nilton da Silva numa situação peculiar: por um lado, embora tivesse se exilado para fugir da ditadura brasileira, sua morte não tivera relação direta com o regime militar de seu país natal; por outro, ainda que tenha sido assassinado em meio ao processo que levou à ditadura no Chile, Nilton havia caído num momento em que aquele país ainda vivia sob democracia.

Deste modo, o estudante brasileiro vitimado por causas políticas em Santiago passou mais de vinte anos numa espécie de limbo: vítima indireta de duas ditaduras, parecia não ser responsabilidade de nenhuma delas. A partir da década de 1990, no entanto, um novo processo levado a cabo por seus antigos amigos, colegas de aula e companheiros de militância, junto a movimentos mais amplos em busca de recuperação da memória e defesa dos direitos humanos, passou a incluí-lo na mesma narrativa das vítimas do regime militar brasileiro – e, numa situação análoga ocorrida no Chile, também o fizeram aparecer em reconstituições da esquerda chilena sobre aquele período, figurando agora entre as vítimas da violência política, que até então costumavam se centrar somente naqueles caídos após o 11 de setembro de 1973, quando Pinochet tomou o poder. Este artigo discute a forma como se deu, no Brasil, o processo de ressignificação da trajetória de Nilton da Silva, desde a superação do silêncio em torno de sua história nos anos 1990 até o reconhecimento oficial das circunstâncias políticas de sua morte pelo Estado brasileiro, com a inclusão de seu nome no relatório definitivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), apresentado em fins de 2014.

No Chile, a imediata apropriação de um assassinato político

Natural do estado do Rio Grande do Sul, Nilton da Silva viveu na capital Porto Alegre antes de se exilar. Coursou o ensino secundário no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, o ‘Julinho’, conhecido por sua efervescência política e berço de diferentes movimentos de oposição à ditadura brasileira instaurada em 1964. Nos corredores do ‘Julinho’, Nilton envolveu-se no movimento estudantil e chegou a integrar a direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), no biênio 1967/68 (Lisbôa, 2010: 287), até que o Ato Institucional Número 5 colocasse a instituição à margem da legalidade, provocando também o fechamento do grêmio estudantil do colégio.

Nilton da Silva passou a viver no Chile em 1971, aos 22 anos, impondo-se um autoexílio e seguindo o caminho de muitos ex-colegas seus, que viam no país governado por Allende uma rara alternativa democrática em um continente eivado de ditaduras. Embora não haja indícios de que Nilton tenha sido pessoalmente perseguido pelo regime brasileiro – apenas documentos registrando sua malvista participação no movimento estudantil –, muitas pessoas de seu círculo de colegas de aula ou companheiros de militância estavam sendo visadas naquele momento, o que provavelmente pesou em sua decisão de deixar o país.

Uma vez em Santiago, o jovem brasileiro tornou-se estudante do curso de Castelhana no Instituto Pedagógico da Universidade do Chile. Interessado em poesia, chegou a lançar um livro a mimeógrafo – escrito em espanhol –, intitulado *Hombre América*, no qual estão explícitos tanto um sentimento internacionalista pela causa revolucionária quanto um forte repúdio ao regime militar brasileiro. No prefácio desse volume, único trecho em prosa da obra, Nilton da Silva escreve a certa altura:

Pero mientras la lucha de clases se agudiza y se demuestra en muchos países la posibilidad real de la toma del poder por las fuerzas del proletariado, existen países como BRASIL, donde el imperialismo y fascismo se manifiesta con toda su fuerza e intenta aplastar al proletariado en su lucha. Pero, la lucha continúa, el pueblo brasileño, bajo dirección de fuerzas realmente revolucionarias, lucha por su liberación definitiva. (Silva, 1972: 2)

O pensamento de esquerda, marcante tanto na sua atuação militante prévia quanto nos textos incluídos em *Hombre América*, fez com que Nilton logo procurasse tomar parte no processo vivido no país transandino, ingressando nas fileiras da militância também naquele país. No início de 1972, tornou-se membro da Frente de Estudantes Revolucionarios (FER), braço universitário do MIR, principal grupo de esquerda do Chile a não fazer parte da Unidade Popular (UP), a coalizão que elegera Allende. A UP, encabeçada pelos Partidos Socialista e Comunista, era frequentemente alvo de críticas vindas do MIR que, embora concordasse com a essência do programa de governo, condenava o que julgava ser um excessivo ‘reformismo’ e uma tendência a buscar governabilidade através de negociações com os ‘partidos burgueses’, algo que o mirismo considerava um atraso aos interesses do povo (Enríquez, 1973a: 217-218).

Para o MIR, um recrudescimento do conflito de classes era inevitável e o plano de Allende de realizar uma transição pacífica ao socialismo se mostraria inviável: as elites econômicas e sociais do país não cederiam seus privilégios sem luta, de modo que se fazia necessário preparar e armar a população para o momento da guerra civil revolucionária (Secretariado Nacional MIR, 1970: 9-10). Muitas vezes, o MIR, que pregava abertamente a luta armada mesmo sob um governo socialista, seria tachado de ‘extremista’ pelas forças da UP (Torres, 2012: 19), mas em vários momentos houve tentativas de aproximação entre as duas partes, embora essas iniciativas jamais tenham levado a um acordo definitivo (Naranjo, 2004: 25).

Não convém, para os objetivos deste artigo, aprofundarmo-nos em demasia a respeito do pensamento mirista, mas o comentário se faz necessário para entender o uso político imediato que se procurou fazer da morte de Nilton da Silva, ocorrida em 15 de junho de 1973, em Santiago – cerca de três meses antes do golpe de Estado que alçou Pinochet ao poder. Naquele dia, uma manifestação de oposição marchou pela capital chilena para protestar contra o governo, ao mesmo tempo em que milhares de militantes de esquerda tomaram a rua em resposta, para demonstrar seu apoio a Allende. O MIR se fez presente nessa passeata, dentro do entendimento de que suas críticas ao governo não representavam uma contrariedade ao programa da UP, e sim uma tentativa de radicalizá-lo – de modo que havia que

defender Allende antes de avançar nas transformações socioeconômicas (Enríquez, 1973b: 228).

A marcha de oposição, que contou com a participação de membros armados do Patria y Libertad, entraria em conflito com os militantes favoráveis ao governo. Os confrontos do dia foram de rara violência. Em suas memórias, o general Carlos Prats¹ relata que o dia 15 foi marcado por ‘graves incidentes callejeros en la Avenida Bernardo O’Higgins, promovidos por los huelguistas del mineral de El Teniente y trabajadores partidarios del gobierno’, chegando ao ponto de uma bomba de gás lacrimogêneo lançada pela polícia durante os conflitos acabar entrando acidentalmente pela janela de seu próprio escritório na região central da cidade (Prats, 1985: 406). O confronto deixou duzentos feridos e um morto: precisamente o brasileiro Nilton Rosa da Silva (Salazar, 2006: 275-276).

A morte de Nilton gerou uma comoção atípica, levando milhares de pessoas às ruas no dia de seu cortejo fúnebre, o domingo 17 de junho, dois dias após o crime. Tão ou mais importante do que a quantidade de presentes, contudo, é o fato, registrado no noticiário da época, em fotografias e em relatos pessoais, de que militantes de todos os partidos da esquerda chilena se fizeram presentes naquele dia, mesmo aqueles mais críticos ao MIR, como o Partido Comunista. Essa situação logo faria com que as lideranças miristas procurassem apropriar a morte do estudante brasileiro, transformando-o num “mártir” da esquerda, utilizando o episódio para justificar o discurso do movimento quanto à necessidade de aproximar as várias correntes revolucionárias do país, organizar a população para defender o governo, resistir à possibilidade de um golpe e, finalmente, radicalizar o processo para efetivar a transição ao socialismo (Santa Cruz, 1973: 8-9). Miguel Enríquez, secretário-geral do MIR, comentaria no dia do funeral: ‘No existe mayor homenaje a la muerte de un revolucionario que extender e impulsar las ideas por las que ofrendó su vida’ (Enríquez, 1973c: 4713).

Analisar as apropriações da morte de Nilton pelo MIR, porém, foge ao escopo deste artigo. Por ora, interessa-nos o fato de que o assassinato ganharia outras apropriações posteriores, conforme novos acontecimentos se sucedessem. Se a morte havia sido inicialmente adotada pelo MIR para fortalecer seu discurso em busca de aproximação com o restante da esquerda, esse uso logo seria relegado pelo surgimento de outras circunstâncias. Posteriormente, com a grande perseguição ao MIR e à esquerda em geral que se seguiu ao golpe vitorioso de 11 de setembro, episódios anteriores ao regime de Pinochet acabariam por empalidecer na narrativa mais ampla dos sofrimentos pelos quais os militantes de esquerda passaram. Assim, casos como o de Nilton da Silva frequentemente passaram a um relativo esquecimento nas décadas em que o regime de Pinochet

¹ Carlos Prats foi comandante do Exército chileno entre outubro de 1970 e agosto de 1973. Constitucionalista, seria em vários momentos um dos esteios nos quais o governo Allende se apoiou para contornar as crises. Em outubro de 1972, durante a greve dos transportes que representou a crise mais grave do governo até então, Prats ocupou o Ministério do Interior, cargo equivalente à vice-presidência. Pressionado pela direita, renunciou ao comando do Exército em agosto de 1973, deixando inadvertidamente o caminho livre para Pinochet, que ocupava posto imediatamente inferior na hierarquia. Prats abandonou o país poucos dias após o golpe, passando a viver em Buenos Aires. Seria assassinado um ano mais tarde, em setembro de 1974, por uma bomba instalada em seu automóvel pela Dirección de Inteligencia Nacional (DINA), a polícia secreta do regime pinochetista.

vigorou, visto que interessava mais, naquele momento, denunciar as violações cometidas pela ditadura chilena.

O que analisamos a seguir, portanto, não é a maneira como Nilton Rosa da Silva integrou o discurso do MIR em 1973, mas ressignificações posteriores pelas quais sua morte passou, no período da redemocratização – tanto no Brasil quanto no Chile. Como demonstraremos, desde a década de 1990, a partir de iniciativas independentes, e depois também por meio de ações do próprio Estado brasileiro, Nilton deixará de ser o estudante cuja morte quase não repercutiu em seu país natal e passará a ser incluído ao lado das vítimas diretas da ditadura brasileira. Para isso, foram consultados os relatórios organizados por comissões – independentes e governamentais – destinadas a investigar as violações de direitos humanos cometidas no período ditatorial (1964-1985), em busca das menções a Nilton da Silva. Também procuramos observar outros materiais produzidos desde a década de 1990, por ex-estudantes do “Julinho” e do Instituto Pedagógico, além de militantes do MIR, nos quais antigos amigos e conhecidos de Nilton trazem breves memórias sobre seu convívio com ele. Como comentam Ginzburg e Poni em um texto clássico,

Se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (Ginzburg; Poni, 1989: 173-174)

A partir da recuperação de documentos nos quais Nilton Rosa da Silva é citado, décadas após sua morte, é possível observar uma ressignificação de sua trajetória, de sua condição de exilado e, finalmente, de seu assassinato. Gradativamente, até a inclusão de seu nome no relatório da CNV em 2014, Nilton passa a fazer parte da história das perseguições da ditadura brasileira, ainda que na condição de vítima indireta e, num processo similar ocorrido no Chile (embora sem o mesmo reconhecimento oficial), também passa a ser visto como uma inegável vítima do mesmo pensamento político que depois seria empregado amplamente contra a esquerda durante o regime de Pinochet.

Comissões investigadoras e relatos pessoais: as ressignificações da morte

No momento do fato, como vimos, a morte de Nilton Rosa da Silva repercutiu pouco no Brasil. Isso não impediu, no entanto, que nas décadas seguintes o nome do jovem nascido em Cachoeira do Sul voltasse a ser recordado, por meio de iniciativas independentes que mais tarde provocariam, inclusive, uma resposta governamental.

Se o MIR havia procurado utilizar de imediato a morte do brasileiro para promover a mensagem e o programa radicalizados que a organização tinha para toda a esquerda, e se no Brasil a imprensa não trazia informações mais detalhadas sobre o estudante morto no exílio, um movimento paralelo de apropriação da morte de Nilton começaria a ocorrer. A partir de seu círculo de conhecidos,

brasileiros e chilenos, com os quais ele havia convivido na militância política e na rotina estudantil do Instituto Pedagógico, tratou-se de incluí-lo numa outra narrativa, menos ligada às preocupações políticas e institucionais do mirismo, e mais relacionada às experiências comuns que eles haviam tido – incluindo o sofrimento pelo qual muitos deles passaram depois do golpe de 1973, que Nilton sequer viveu.

Para aqueles que conheciam o exilado brasileiro, lembrar sua trajetória parece ter tido duas motivações principais: por um lado, havia a necessidade de ressaltar alguns aspectos pessoais que vinham sendo atropelados pelas apropriações políticas realizadas no âmbito do mirismo; e, por outro, após o golpe de 11 de setembro, recordar a morte de Nilton da Silva passou a ser também uma busca por incluí-lo na narrativa dessa outra experiência de repressão posterior. Havia que colocá-lo ao lado das vítimas das ditaduras (brasileira e chilena), ainda que ele tivesse morrido num Chile democrático. Nessa apropriação, o fato de o levante de Pinochet somente ter ocorrido três meses mais tarde era menos importante do que a situação de que Nilton militava contra a própria possibilidade de um golpe, e havia sido morto pelos grupos que buscavam a derrubada do governo democraticamente eleito. Para esta visão, ele devia ser compreendido como parte indissociável do processo que ajudou a desencadear a violenta repressão que veio a seguir e vitimou centenas de outros miristas e membros dos partidos da UP.

Tais assimilações da morte de Nilton da Silva podem ser observadas em vários indícios ocorridos em décadas seguintes, sobretudo a partir dos anos 1990. Hoje, nas construções memorialísticas da repressão que se realizam no ex-Pedagógico, convertido na atual Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación (UMCE), Nilton costuma ser recordado como uma “primeira vítima” da instituição em um contexto de perseguições políticas contra aqueles identificados com a esquerda no país. Em 11 de setembro de 2013, no quadragésimo aniversário do golpe, ocorreu na UMCE uma exposição intitulada ‘A 40 años del golpe en el Ex Instituto Pedagógico’. O brasileiro foi recordado nas falas de ex-colegas, convidados a subir ao palco e contar suas memórias aos professores e alunos da atualidade, e nos materiais produzidos pelos estudantes de hoje, listando as histórias dos estudantes que caíram sob Pinochet. Nilton da Silva era, com efeito, o único ali lembrado a ser morto *antes* do golpe de Estado. No texto disponível para os visitantes, a nota biográfica do brasileiro trazia as seguintes informações:

Poeta combatiente de Castellano, Nilton Rosa da Silva nació en Brasil y murió en Chile el 15 de junio de 1972.

Era un exiliado, un refugiado político de la dictadura brasileña. Llegó al Pedagógico a estudiar Pedagogía en Castellano en 1972, era militante del FER (el frente estudiantil del MIR de este tiempo). Vivía en el pensionado de alumnos del pabellón J, en el edificio que ocupa actualmente Filosofía.

El 15 de junio de 1973, un sector de mineros de Rancagua se alzaba contra Allende y marchaba hacia Santiago, encabezados por bandas armadas de derecha. Estudiantes y obreros fueron a hacer una contra manifestación en apoyo al gobierno de la Unidad Popular. En esa manifestación y con sorpresa y dolor de todos, Nilton cayó muerto con

un disparo en la cabeza, en San Martín con Alameda, cerca del Comité Central del Partido Socialista. Tenía 24 años.

Nilton no fue el primero, y con el golpe de septiembre del '73, estaría lejos de ser el último militante de izquierda que muriese en Chile. Sin embargo, su asesinato provocó una conmoción como pocas veces visto en el país hasta el momento.²

Esse reposicionamento de Nilton na narrativa do golpe chileno e da ditadura brasileira ocorre em simultâneo a um processo que buscou valorizar traços de sua personalidade e individualidade, aspectos que haviam sido um tanto relegados no instante de sua morte: nas apropriações realizadas pelo MIR após os fatos de 15 de junho de 1973, a contingência do momento exigia menos que se exaltasse Nilton da Silva pelo que ele havia sido individualmente, e mais por aquilo que sua experiência tinha no sentido de provocar identificação nos demais militantes da esquerda – isto é, sua própria condição de militante, de ‘combatente internacionalista’ pela causa revolucionária.

Sem minimizar a importância de sua militância, os textos posteriores escritos por aqueles que conheceram Nilton da Silva de alguma forma procuraram destacar outras situações marcantes numa experiência mais íntima. Seu amor pela literatura e pela escrita é algo que costumeiramente aparece, vide o relato do próprio Oscar Aguilera:

Nuestro curso tenía marcadas inclinaciones por la poesía, el teatro y la música. Al poco tiempo después de la semana mechona, nos dedicábamos a hacer lo que ahora se llamaría “acciones de arte”. Ocupábamos sorpresivamente los prados o el casino y nos poníamos a declamar a voz en cuello, acompañados de guitarra y canciones. En la primera línea siempre estaba Nilton recitando un poema en un portugués casi incomprensible, que terminaba preguntando “qué es liberdade”. Pero nuestros primeros meses en la Universidad de Chile fueron adquiriendo minuto a minuto toda la temperatura que vivía el país. Vino el siniestro Paro de Octubre del 72. Nilton también estuvo en la primera línea. Ese destino lo llevaba marcado en la frente. Algún día, por ese tiempo, nos prestamos libros: le llevé a su pensionado de alumnos del pabellón J, el edificio que ocupa actualmente Filosofía, un ejemplar del *Canto General* de Neruda. Él me pasó *La Literatura*, de Gorki. Nunca nos devolvimos nuestros respectivos libros. Algún día lo haremos. (Aguilera, 2005: 2)

O gosto de Nilton Rosa da Silva pelos livros também é mencionado por Cláudio Gutiérrez, colega seu no ‘Julinho’, antes do exílio. Gutiérrez recorda uma época anterior ao exílio e, num comentário sobre um encontro da UGES no início de 1968, fala brevemente sobre o amigo:

Em março de 68, fomos a um encontro da UGES em Santana do Livramento. Deslocou-se para Santana um grande número de estudantes de Porto Alegre, dentre os quais o Nilton Rosa, o Bem-Bolado. O Bem-Bolado, estudante do Julinho, natural de Cachoeira do Sul, era um tipo humano característico e marcante. Fisicamente, lembrava o personagem Rolo do Maurício de Souza, e andava sempre com uma pilha de livros debaixo do braço: Sartre, Camus, Kafka. Não pertencia à organização,

² Material relativo à exposição “A 40 años del golpe de Estado em el Ex Instituto Pedagógico”, ocorrida em 11 de setembro de 2013.

mas andava sempre nas nossas confusões. A hospedagem do Bem-Bolado na casa onde ficamos foi condicionada a que tomasse uma ducha de chuveiro, coisa que fez a contragosto e tiritando, pois na Rivera de março de 1968 o tempo já era frio. (Gutiérrez, 1999: 64)

Finalmente, em texto mais recente, Raul Ellwanger também fez menção a Nilton da Silva, num raro momento em que o nome deste apareceu para um grande público: em artigo publicado no jornal *Zero Hora*, o principal diário de Porto Alegre, em 2012. Ellwanger não fazia parte do círculo mais próximo de amigos de Nilton, mas passou pelo Pedagógico na mesma época, como estudante do curso de Sociologia. Mesmo sem ter integrado o MIR e frequentando outras aulas, Ellwanger conviveu muito de perto com as repercussões da morte do colega brasileiro, e com o passar dos anos reuniu cada vez mais testemunhos a seu respeito, uma vez que passou a coordenar as ações do Comitê Gaúcho da Verdade, Memória e Justiça Carlos de Ré. Nesse texto de 2012, busca listar algumas características pessoais de Nilton que costumam ser mencionadas por aqueles que o conheceram:

O sangue do Brasil ficou também por lá. O poeta Nilton Rosa da Silva, de Cachoeira do Sul, foi um jovem estudante que vivenciou a experiência democrática da Unidade Popular. Alegre, brincalhão, solidário, desapegado, namorador, cantor, voluntário social, este moço “brancaleone” era exemplo da alegria transformadora que iluminava o Chile e os milhares de asilados recebidos pelo governo de Salvador Allende. Engajado nos movimentos populares, em 15 de junho de 1973 foi abatido por uma bala em plena Alameda Central de Santiago, à luz do dia, durante uma manifestação de defesa da legalidade. Mais de 100 mil pessoas assistiram ao seu sepultamento, que se constituiu num ato político internacionalista histórico. Amigos, poetas e ativistas no Chile e no Brasil seguem cultuando seu nome, memória, exemplo e sacrifício, como prenda de um passado nobre e solidário e de um futuro justo e democrático. (Ellwanger, 2012: 18)

Como os exemplos demonstram, a morte de Nilton da Silva havia passado por uma notável ressignificação, num movimento distinto daquela apropriação realizada pelo MIR em 1973. Na época, o sacrifício do estudante brasileiro tornou-se parte de um discurso que buscava responder à contingência da crise. Passados o golpe e a redemocratização, a história de Nilton começou a ser recuperada como parte do contexto mais amplo da repressão política. A menção a sua morte como ‘prenda [...] de um futuro justo e *democrático*’ é um exemplo dessa associação a novos significados: embora o MIR falasse em lutar para construir a ‘democracia’, sempre se referia a ela como uma democracia social, de caráter participativo direto (Torres, 2010: 50-51). O movimento que Nilton da Silva era, na realidade, um ferrenho crítico da democracia liberal e ‘burguesa’, modelo hegemônico em 2012 e no qual a maioria dos leitores atuais provavelmente pensaria ao ler o trecho de Ellwanger. Repetia-se, também, a busca por ressaltar aspectos pessoais, como na série de qualidades listada no artigo – ‘brincalhão, solidário, desapegado, namorador, cantor, voluntário social’.

Pelo fato de ter saído do Brasil e de haver morrido num Chile ainda democrático, escapando à repressão direta de ambas as ditaduras, Nilton da Silva permaneceu por muito tempo numa espécie

de não-lugar: uma vez que sua morte não havia se dado pelas mãos de agentes do Estado, era como se ela não pudesse figurar no mesmo âmbito daqueles perseguidos pelos regimes ditatoriais. Na apropriação realizada por aqueles que conviveram com Nilton e buscaram preservar sua memória, isso se modificou: agora, ele deveria ser compreendido como parte do processo que ajudou a desencadear a violenta repressão que veio a seguir e vitimou centenas de outros miristas e membros dos partidos da UP; caíra, afinal, por razões igualmente políticas, e por parte de um grupo de caráter golpista. Na realidade, nem mesmo a distância de seu país natal o isola completamente da ditadura brasileira, visto que o processo que levou ao golpe no Chile contou com apoio subterrâneo do regime militar então encabeçado por Emílio Médici. O Brasil seria, por exemplo, o primeiro país do mundo a reconhecer o governo golpista no Chile, condição que Pinochet recordaria por muitos anos:

Esas tarde [11 de septiembre] me encontraba en la oficina del Director de la Escuela Militar, cuando llegó el Embajador de Brasil en Chile, señor Cámara Canto, para decir que su país reconocía el nuevo Gobierno de Chile, noble gesto de ese país hermano que los chilenos nunca olvidaremos. (Pinochet, 1980: 147)

Segundo Moniz Bandeira (2008: 553-558), o Brasil imediatamente emprestou cerca de 200 milhões de dólares para o novo governo chileno começar a atuar, além de enviar um navio petroleiro e em torno de 50 toneladas de alimentos e medicamentos, para ajudar a arrefecer a crise de abastecimento que havia marcado os meses finais do governo Allende. Não só em termos de auxílio de governo a ditadura brasileira se faria presente nos primeiros tempos do regime pinochetista: também apareceria na repressão, com o envio de militares e civis treinados para ajudar nas sessões de tortura com os prisioneiros políticos (Winn, 2010: 183). Evidências recentes têm demonstrado que até mesmo o Patria y Libertad, grupo que vitimou Nilton, era apoiado e pela ditadura brasileira, inclusive com projetos de treinamento militar de seus membros, que só não teriam sido concretizados porque o golpe de 11 de setembro veio antes. Tais situações foram comentadas por Roberto Thieme, um dos principais líderes do movimento, em entrevista a Mónica González:

Después del “Tanquetazo” [29 de junio de 1973], cuando se exilió la directiva de Patria y Libertad, fue contactada afuera por el Servicio de Inteligencia de Brasil, que también apoyaba nuestro movimiento. La ayuda principal en ese país la obtuvimos del coronel Joao Figueiredo, quien después se convirtió en Presidente de Brasil. El proyecto contemplaba la preparación y el adiestramiento militar de 500 jóvenes del movimiento. (Thieme *apud* González, 2010: 189)

Todas essas circunstâncias, e a comprovação do enorme envolvimento da ditadura brasileira no processo que levou ao golpe do Chile, contribuíram para recolocar, *a posteriori*, o jovem militante do MIR no coração de um processo que enredava os dois regimes militares.

A recuperação e recolocação da morte de Nilton nesse contexto vem se dando principalmente desde a década de 1990, através de comissões destinadas à investigação de crimes políticos. A primeira vez em que sua morte foi incluída no mesmo espaço em que

figuravam outras vítimas brasileiras da repressão ocorreu em 1995, quando Nilton foi citado em dois materiais diferentes, com distintos graus de detalhamento a respeito de sua trajetória. Seu nome aparece primeiro no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, com uma nota biográfica curta: ‘Nascido em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, onde foi um ativo participante do movimento estudantil secundarista. Foi morto em 1973, numa manifestação de rua no Chile. Pertencia às Brigadas do MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionario [sic]’ (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 1995: 248).

Uma menção mais completa será vista ainda em 1995, com a alusão ao seu nome realizada pelo *Relatório Azul* produzido pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Por iniciativa de movimentos de familiares e sobreviventes das perseguições dos anos 1960 e 1970, muitos dos quais haviam sido amigos e colegas de Nilton, seria incluída no texto uma breve nota, mais detalhada do que a constante no *Dossiê* supracitado:

Militante do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) [sic], do Chile. Nasceu em Cachoeira do Sul, em 2 de fevereiro de 1949, filho de Adão Alves da Silva e Iraci Rosa da Silva. Ativo militante do movimento secundarista gaúcho, “Bonito”, como era chamado, foi membro da diretoria da UGES, gestão 67/68. Pela perseguição política aos estudantes, em 1971 viajou para o Chile, integrando-se ao MIR. Apaixonado por literatura, Nilton publicou no Chile um livro de poesias, “Hombre de América” [sic]. No dia 15 de junho de 1973, Nilton participava de uma manifestação pública, quando foi atingido, morrendo instantaneamente. Seu corpo foi velado na Frente de Trabajadores Revolucionarios por centenas de pessoas e em seu enterro compareceram milhares de chilenos e latino-americanos, junto aos representantes do governo de Salvador Allende e líderes de todos os partidos de esquerda. O MIR chileno, em nota distribuída à população, conclama: “O MIR rende uma emocionada homenagem a este valoroso militante que caiu lutando na primeira fila de combate contra as forças reacionárias do Partido Nacional e da democracia cristã e chama a toda classe operária e ao povo a impor o respeito à memória deste militante revolucionário que, sem haver nascido neste país, não vacilou em arriscar sua vida e derramar seu sangue pela classe operária, os pobres e oprimidos do Chile”. (Comissão de Cidadania e Direitos Humanos..., 1995: 115)

O *Relatório Azul* trazia um total de vinte nomes, e a inclusão de Nilton Rosa da Silva entre os homenageados representava uma primeira menção oficial do poder público à sua condição de vítima de repressão política: os vinte militantes presentes no documento teriam seus nomes gravados no Memorial aos Mortos e Desaparecidos, instituído pela Lei Municipal 7.503, de 29 de setembro de 1994, e erguido em 1995 em Porto Alegre. Localizado no Parque Marinha do Brasil e atualmente em avançado estado de deterioração (Lehnen, 2014), o monumento tinha por objetivo homenagear os gaúchos mortos nos tempos de perseguição política, entre o golpe e a assinatura da Lei de Anistia – todas as vítimas em questão perderam a vida entre 1964 e 1976. Significativamente, Nilton da Silva é a única pessoa incluída no *Relatório Azul* – e no monumento – a não ter sido morta pela ação direta de alguma ditadura, num reconhecimento de seu pertencimento ao mesmo processo que havia

vitimado os outros dezenove ali citados, assassinados ou desaparecidos por obra do regime militar brasileiro (a maioria) ou de algum outro país latino-americano sob o governo de generais (casos, por exemplo, de militantes mortos na Argentina e na Bolívia).³

Ainda assim, Nilton da Silva seguiu relativamente ignorado nas investigações oficiais levadas a cabo pelo Estado brasileiro, como comprova o silêncio em torno de seu nome no relatório apresentado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), mantida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Nilton voltaria a aparecer em um documento sobre as vítimas brasileiras da repressão em 2009, na edição ampliada do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* elaborado originalmente em 1995 pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Agora intitulado *Dossiê Ditadura*, O material utilizado se baseava quase integralmente em um texto de Oscar Aguilera (2005, 2008), amigo de Nilton dos tempos de Pedagógico.

A inclusão de Nilton no *Dossiê Ditadura* de 2009 motivou que a CNV se dedicasse a investigar seu caso, fazendo com que pela primeira vez ele aparecesse em um documento oficial de nível federal sobre as vítimas brasileiras de repressão política. Em seu relatório apresentado ao final de 2014, a CNV dedica duas páginas – no volume de 1.996 laudas contendo informações sobre 434 mortos e desaparecidos, em ordem cronológica, entre 1946 e 1988 – ao brasileiro morto em Santiago. O relatório busca elucidar alguns aspectos de sua vida e de sua morte, mas, pela própria dificuldade em sugerir uma ação efetiva do governo brasileiro em relação a um caso ocorrido no exterior e sem participação direta de qualquer Estado, as recomendações apresentadas não foram totalmente conclusivas:

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Nilton Rosa da Silva morreu em manifestação de rua no Chile, lutando contra a ditadura que se instaurou naquele país [sic], em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pelas ditaduras implantadas na América Latina. Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Nilton Rosa da Silva, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos. (Comissão Nacional da Verdade, 2014: 1249)

³ Monumento instituído pela Lei Municipal 7.503, de autoria da então vereadora Maria do Rosário, e sancionada pelo então prefeito Tarso Genro. O Memorial aos Mortos e Desaparecidos inclui 20 nomes: além de Nilton Rosa da Silva, a placa comemorativa cita Alceri Maria Gomes da Silva (morta em São Paulo em 1969), Alfeu de Alcântara Monteiro (fuzilado em Canoas em 1964), Alvimar Moreira de Barros (morto em 1970 no Rio Grande do Sul), Ângelo Cardoso da Silva (morto em Porto Alegre em 1970), Ari de Abreu Lima da Rosa (morto em Porto Alegre em 1970), Bernardino Saraiva (morto em 1964 em São Leopoldo), Celso Gilberto de Oliveira (morto no Rio de Janeiro em 1970), Cilon Cunha Brum (desaparecido na guerrilha do Araguaia em 1973), Evaldo Luis Ferreira de Souza (morto em 1973 em Paulista, Pernambuco), João Batista Rita (desaparecido em 1973), João Carlos Haas Sobrinho (morto no interior de Goiás em 1972), Joaquim Pires Cerveira (desaparecido em 1973), Jorge Alberto Basso (desaparecido na Argentina em 1976), José Humberto Bronca (desaparecido na guerrilha do Araguaia em 1973), Luiz Eurico Tejera Lisboa (desaparecido em 1972), Luiz Renato Pires de Almeida (morto na Bolívia em 1970), Manoel Raimundo Soares (morto no Brasil em 1966), Paulo Mendes Rodrigues (desaparecido na guerrilha do Araguaia em 1973) e Sonia Maria de Moraes (morta em São Paulo em 1973).

Apesar da investigação inconclusiva, a recomendação da retificação da certidão de óbito – para enquadrar a morte como fruto de violação de direitos humanos motivada por razões políticas –, traz em si um reconhecimento da responsabilidade, mesmo que indireta, do Estado brasileiro, cuja ditadura então vigente havia provocado tanto o exílio do jovem quanto oferecido auxílio (técnico e financeiro) aos grupos que buscavam o golpe no Chile e acabaram por vitimar Nilton. A insistência em recordar Nilton da Silva como parte desse contexto maior acabou por incluir sua morte, nos dois países, no cenário das duas ditaduras: no Brasil, pelo envolvimento indireto do regime ditatorial nos rumos que sua trajetória pessoal tomou; no Chile, por ter caído em meio ao processo que levou ao governo militar e à repressão pinochetista.

Ainda que no Chile nenhuma menção oficial ao nome de Nilton da Silva tenha aparecido em relatórios de suas comissões dedicadas a apurar as violações da época, ele também seguiu sendo recordado em apropriações de amigos e ex-colegas. O ato de 2013 no Instituto Pedagógico é apenas um de vários sinais nesse sentido. Oscar Aguilera é apontado como o responsável por, desde 1993, incentivar atos em memória de Nilton. O ano coincidia com o vigésimo aniversário do assassinato (e do golpe), e a primeira data redonda desde o fim da ditadura de Pinochet três anos antes.⁴ Também é de Aguilera o primeiro texto mais extenso sobre Nilton da Silva, o qual, escrito sem a certeza de que a tumba do brasileiro ainda existia, foi intitulado ‘Todo este territorio es tu sepulcro’ e incluía a passagem: ‘Nilton fue enviado a una fosa común. Sus restos se extraviaron en ese momento de la historia de Chile. Como dice en un verso Ernesto Cardenal “todo el territorio nacional es su sepulcro”’ (Aguilera, 2008: 119).

A dificuldade em localizar a sepultura de Nilton se deveu à inversão de seu sobrenome nos registros do Cemitério Geral de Santiago, por conta do formato hispânico, no qual o nome paterno vem primeiro. Por vários anos, tal duplicidade confundiu seus amigos e colegas até, por fim, descobrir-se que seu túmulo continuava existindo, e só não havia sido encontrado antes por estar identificado segundo o costume da língua espanhola: ‘Nilton da Silva Rosa’, como seria o correto no Chile, e não Nilton Rosa da Silva, o nome com que foi registrado no Brasil.

Desde 1993, seus companheiros do curso de castelhano dedicaram-lhe muitos poemas, parte dos quais foram reunidos em 2005 na compilação de materiais sobre Nilton que Oscar Aguilera elaborou para o Centro de Estudios Miguel Enríquez (CEME), destinado a resgatar a memória do mirismo. Nesses textos poéticos, é sempre destacada a atuação militante do brasileiro, mas também se colocam alguns aspectos que procuram individualizá-lo – como já observei no artigo de Ellwanger –, além da busca por relacioná-lo com as repressões que se seguiram a sua morte. Nos versos de Jorge

⁴ Como observam Alessandra Carvalho e Ludmila Catela, aniversários redondos do início de ditaduras são datas que costumeiramente se colocam como “condensadoras” de um número maior de versões e memórias do período, algo que se dá por meio de reflexões, publicações de livros, realização de congressos acadêmicos temáticos, aproximando também o público leigo das discussões, através da realização de eventos memorialísticos abertos à população e da produção, por parte da imprensa e da mídia eletrônica, de reportagens e documentários especiais revisitando os acontecimentos que se quer recordar (Carvalho e Catela, 2012: 198).

Etcheverry, por exemplo, há primeiro uma menção à “cara morena” de Nilton, e em seguida sua morte é colocada como um prenúncio do “ineluctable massacre” que viria na continuidade:

Como si fueras una vasta cara morena
de grandes ojos
sorprendida por un disparo
y fijada para siempre sobre la mitad inferior del mundo
Repetido tu rostro sobre los periódicos, en cada hora que pasa
Para impedirnos olvidar
La ineluctable massacre, que como el secundero reloj
avanza hacia el advenimiento de los Nuevos Tiempos
Inscritos como una marca sobre la frente de los pueblos más débiles

Como si con tu rostro hecho pedazos
en San Martín con Agustinas
Hubieras caído de espaldas sobre el mundo
Amenazando de paso el Edificio Central de la Administración
Impidiendo el sueño de empresarios y policías
Que discuten en sus reuniones el mejor modo de rematar tu cadáver
Estamos seguros de contar contigo cuando llegue el momento
Nilton da Silva.
Volveremos a ver tu rostro
En la primera concentración que hagamos en el centro.
(Etcheverry, 2012: 40-41)

No caso de um poema escrito pelo próprio Aguilera, também há uma preocupação com aspectos pessoais da história de Nilton. Ele menciona seu ‘español a medio terminar’, que pode se referir tanto ao curso inacabado quanto ao sotaque que não abandonou sua fala. Aguilera coloca em cena a dicotomia entre o Nilton ‘brasileño’ e o Nilton ‘tan chileno’, preocupado com a ditadura que deixara para trás e também com as lutas políticas no país em que estava vivendo. Sobressai, em todos esses poemas, a ausência de qualquer menção explícita ao MIR, no qual vários de seus colegas não militavam: as cores partidárias, aqui, interessam muito menos do que no momento de sua morte, e valem mais os ideais de liberdade defendidos, independentemente da organização a que pertencessem. Também na poesia de Aguilera o brasileiro é associado à repressão que ocorreria depois, uma vez que a morte de Nilton aparece como um episódio a anunciar o que viria na história do Chile:

con su español a medio terminar
se nos queda caído en la alameda
sobresaltadamente brasileño
anunciando lo que viene
en la historia de Chile.
Sobresaltadamente tan chileno
Nilton sin tumba

Nilton árbol
poeta sin sepulcro
viviendo y reviviendo en toda lluvia.
(Aguilera, 2005: 3-4)

As linhas finais do poema trazem uma referência a outra homenagem feita a Nilton da Silva após sua morte. O brasileiro agora era representado por uma árvore – e, através dela, era como se vivesse e revivesse a cada chuva. Isso porque, pelas mãos de seus amigos chilenos, uma planta tipicamente brasileira havia sido plantada para preservar a memória do amigo, em frente ao antigo Pavilhão J do antigo Pedagógico, onde ele vivia, um prédio que hoje recebe aulas do curso de Filosofia: um pé de jacarandá. Em frente ao tronco, uma placa registra, tentando evitar qualquer silêncio ou esquecimento que pudesse vir depois: ‘Que este árbol crezca en el recuerdo del poeta brasileño Nilton da Silva Rosa, alumno de castellano muerto en Chile el 15 de junio de 1973. Sus compañeros’.

Considerações finais

O caso de Nilton Rosa da Silva, um entre tantos brasileiros mortos no exílio, mas com a particularidade de ter sido assassinado por razões políticas num momento em que o país de acolhida ainda vivia sob um regime democrático, ajuda a exemplificar a complexidade e as ramificações que as interpretações recentes do período marcado pelas ditaduras militares têm adquirido. A gradual inclusão da morte de Nilton em documentos relativos à ditadura brasileira, primeiro por iniciativa de comissões independentes, depois em investigações realizadas pelo próprio Estado, demonstra uma tendência a um entendimento que extrapole o senso comum que rodeia certas perseguições políticas do período, passando a incluir também as vítimas indiretas.

Se a morte de Nilton da Silva não foi obra direta do regime instaurado no Brasil em 1964 – ou daquele iniciado no Chile em setembro de 1973 –, grande parte de sua trajetória esteve marcada precisamente pela repressão da época. Primeiro, nas restrições à militância estudantil que exercera em Porto Alegre; depois, no temor que ajudou a provocar sua decisão por um exílio; e, finalmente, tornando-se vítima de grupos que clamavam por um golpe de Estado no Chile, com apoio do governo brasileiro. Mesmo que Nilton tenha sido uma vítima ‘acidental’, no sentido de que o assassino provavelmente não o estava buscando em particular ao disparar contra a multidão, não era acidente que o Patria y Libertad demonstrasse um ódio tão brutal aos membros de movimentos de esquerda – e, dentro da Doutrina de Segurança Nacional que imperava na época, da perseguição violenta ao ‘comunismo internacional’, não era casualidade alguma que um grupo que buscava a derrubada do governo socialista do Chile contasse com apoio técnico e financeiro da ditadura brasileira.

O reconhecimento de casos como o de Nilton da Silva por parte do Estado brasileiro permite, assim, um olhar mais detalhado sobre os muitos desdobramentos da política do regime militar naquele período: ao ressignificar uma morte que inicialmente havia repercutido apenas dentro do Chile, se está observando a extensão das violações de direitos humanos então cometidas dentro e fora do

país, com laços de articulação política que geraram consequências muitas vezes insuspeitadas a um primeiro olhar. Entender esses laços, por muito tempo ocultos e subterrâneos, permite uma nova compreensão desse passado.

Referências

- Aguilera, O. (2005) 'Nilton da Silva, Brasileño, todo este territorio es tu sepulcro'. *Centro de Estudios Miguel Enríquez – CEME – Archivo Chile*, dossier. [Disponível em <http://www.archivochile.com/Memorial/caidos_mir/D/da_silva_nilton.pdf> Acesso em 14 dez. 2014]
- Aguilera, O. (2008) 'Todo este territorio es tu sepulcro'. In: Faunes Amigo, M. (ed.) (2008). *Aulas que permanecerán vacías*. Santiago de Chile: Cuarto Propio, 117-119.
- Brum, M. M. (2015) 'Nilton virou Milton: a morte quase ignorada de um exilado político nas páginas dos jornais brasileiros'. *Ars Historica*, Rio de Janeiro, 10: 152-171.
- Carvalho, A.; Catela, L. S. (2002) '31 de marzo de 1964 en Brasil: memorias deshilachadas'. In: JELIN, E. (org.) (2002). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas "in-felices"*. Madrid: Siglo XXI, 195-244.
- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1995) *Relatório Azul 95*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco.
- Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (2009) *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007) *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Comissão Nacional da Verdade (2014) *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, v. 3. Brasília: CNV.
- Conger, A. (2010) *Nilton da Silva Rosa, June 17, 1973, Santiago: "We Don't Forget the Color of Blood"*. Telluride: Nolvido Press.
- Ellwanger, R. (2012) 'Chile: 11 de setembro de 1973'. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 set. 2012: 18.
- Enríquez, M. (1973a) '¡A desarrollar y fortalecer el poder popular! (12 de enero de 1973)'. In: Naranjo, P. et al. (ed.) (2004). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago de Chile: LOM, 207-219.
- Enríquez, M. (1973b) 'Análisis del resultado electoral, perspectivas y tareas (10 de marzo de 1973)'. In: Naranjo, P. et al. (ed.) (2004). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago de Chile: LOM, 221-236.
- Enríquez, M. (1973c). 'Discurso en el funeral de Nilton Da Silva (17 de junio de 1973)'. In: FARÍAS, V. (ed.) (2000). *La Izquierda Chilena (1969-1973): documentos para el estudio de su línea*

- estratégica*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 4712-4715.
- Etcheverry, J. (2012) *Vitral con pájaros*. 2. ed. Ottawa: Editorial Poetas de América.
- Ginzburg, C.; Poni, C. (1989) “O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico”. In: Ginzburg, C.; Castelnovo, E.; Poni, C. (1989). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 169-178.
- González, M. (2012) *La Conjura. Los mil y un días del golpe*. Santiago de Chile: Catalonia.
- Gutiérrez, C. A. W. (1999). *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra.
- Lehnen, L. (2014) ‘Memórias manchadas e ruínas memoriais em “A mancha” e “O condomínio”, de Luis Fernando Verissimo’. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, 43: 69-97.
- Lisbôa, S. K. (2010) ‘Anexo II – Rio Grande do Sul: Militantes Mortos e Desaparecidos’. In: Padrós E. S. et al. (org.) (2010). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*, v. 2, Repressão e Resistência nos “Anos de Chumbo”. Porto Alegre: Corag, 267-301.
- Moniz Bandeira, L. A. (2008) *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970- 1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Naranjo, P. et al. (ed.) (2004). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago de Chile: LOM.
- Pinochet, A. (1980) *El día decisivo: 11 de septiembre de 1973*. 4. ed. Santiago de Chile: Andrés Bello.
- Prats, C. (1985) *Memorias. Testimonio de un soldado*. Santiago de Chile: Pehuén.
- Salazar, G. (2006) *La violencia política popular en las “Grandes Alamedas”. La violencia en Chile 1947-1987 (Una perspectiva histórico popular)*. Santiago de Chile: LOM.
- Santa Cruz, E. (1973) ‘El fascismo mato a combatiente brasileño’. *Revista Punto Final*, Santiago de Chile, 187: 8-9.
- Secretariado Nacional MIR (1970). ‘El MIR y el resultado electoral’. *Revista Punto Final*, Santiago de Chile, 115 (Documentos): 1-12.
- Silva, N. R. (1972) *Hombre América. Poesía*. Santiago de Chile: mimeo.
- Winn, P. (2010) *A Revolução Chilena*. São Paulo: UNESP.